

## O ESCÂNDALO DAS CARNES E OS LIMITES DA DEFESA DO CAPITAL NACIONAL

**Rubens Vinícius da Silva**

Licenciado em Ciências Sociais pela  
FURB – Universidade Regional de  
Blumenau. Mestrando em Sociologia  
pela UFG.

O objetivo do presente trabalho é analisar e perceber os limites interpretativos de dois textos cujos autores são vinculados a partidos de esquerda, visando fornecer uma explicação distinta destes para um assunto que foi bastante divulgado durante o mês de março de 2017. O assunto em questão é a operação Carne Fraca, cuja deflagração ocorreu com o intuito de investigar esquemas de corrupção entre fiscais responsáveis pela verificação da qualidade das carnes produzidas e distribuídas (tanto para o chamado ‘mercado interno’ quanto para exportação) pelos frigoríficos brasileiros. A investigação revelou que tanto fiscais quanto políticos profissionais eram pagos pela JBS Friboi para fazerem ‘vista grossa’ à adulteração de mercadorias: em alguns casos, à carne podre era injetado ácido ascórbico (vitamina C) em conjunto com um recheio de papelão.

Tal processo evidencia a essência do capitalismo, um modo de produção voltado não para a satisfação das necessidades humanas e sim para a reprodução da lógica do lucro. Nunca é demais lembrar as coisas importantes: a JBS Friboi foi a maior doadora de dinheiro para os dois primeiros colocados (Aécio Neves e Dilma Rousseff) à presidência em 2014: na ocasião, os valores revelados giravam em 5 milhões de reais

para cada candidatura, algo próximo à metade do total arrecadado pelas campanhas de PSDB e PT<sup>1</sup>.

Pois bem, em virtude disso setores de diversos matizes da esquerda transformaram um episódio que escancara a desumana natureza de nossa sociedade numa espécie de ‘teoria da conspiração’. Assim, Gilberto Maringoni (PSOL), publica no portal Opera Mundi um texto cuja chamada é reveladora: ‘Carne fraca: defender as empresas não significa defender o que elas fazem’<sup>2</sup>, no qual se dedica a enumerar justificativas estatísticas e econômicas para defender o capital nacional contra um suposto avanço imperialista no mercado da carne. A solução apontada por Maringoni é a punição legal e exemplar dos proprietários, acionistas e demais responsáveis, garantindo a preservação da marca, dos ativos, do mercado e do conhecimento acumulado. No mesmo roteiro temos o artigo publicado no Portal Causa Operária, intitulado ‘MES e caso das carnes: Ingenuidade ou simplesmente vendidos para o imperialismo’<sup>3</sup>, que polemiza com uma nota escrita por um militante de outra tendência do PSOL<sup>4</sup>. O que nos importa no referido material é o seu argumento central: não se trata de defender a burguesia nacional, mas de impedir a entrega da indústria nacional para o capital estrangeiro. Ou seja, em ambos os textos nenhuma linha sequer tangencia as relações de produção capitalistas e a exploração dos operários pelo capital alimentício, bem como as condições de trabalho existentes nestes locais de produção.

Ora, seria revelador concluir que em dois trabalhos de portais com artigos escritos por militantes de partidos de esquerda não se tem uma reflexão mais profunda acerca da apropriação de mais-valor e das jornadas desumanas de trabalho desta fração do proletariado, cobrando de ambos uma postura mais ‘combativa e revolucionária’?

<sup>1</sup> <https://oglobo.globo.com/brasil/empresa-jbs-friboi-a-maior-doadora-das-campanhas-de-dilma-aecio-13517327>

<sup>2</sup> <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/geral/46704/carne+fraca+defender+as+empresas+nao+significa+defender+o+que+elas+fazem.shtml>

<sup>3</sup> <https://www.causaoperaria.org.br/acervo/blog/2017/03/20/mes-e-caso-das-carnes-ingenuidade-ou-simplesmente-vendidos-para-o-imperialismo/#.WwwK7kgvzIU>

<sup>4</sup> O texto em questão, intitulado *Projeto Nacional não é Friboi – resposta a Breno Altman*, pode ser acessado aqui: <https://esquerdasocialista.com.br/projeto-nacional-nao-e-friboi-resposta-breno-altman/>

Nada disso: defender a ‘burguesia nacional’ (em especial os setores desta classe que financiam os partidos e sindicatos: a JBS Friboi ao lado da BRF é responsável pela formação de um oligopólio da produção e distribuição de carne no país) não é nada de novo na história da esquerda. No caso do Brasil e dos países da América Latina (com exceção de Cuba e da Nicarágua, pelo fato de estarem sob a égide do capitalismo de estado), tal estratégia já foi adotada pelos pseudomarxistas e social-democratas no século passado, seguindo fielmente as diretrizes do PC da ex-URSS.

Sem contar o ufanismo e a defesa quase fanática – além da crítica resignada – dos recentes mandatos dos governos neopopulistas ("progressistas") no subcontinente. A velha ladainha calcada no combate aos interesses do ‘imperialismo americano’ é sim uma justificativa para as posições mais do que conservadoras de todas as frações da esquerda. Na verdade, nos casos acima citados o que temos é um processo de simulação e dissimulação (a apresentação de falsos interesses em detrimento da ocultação dos interesses verdadeiros) calcado na busca pela conquista e exercício do poder de estado: a defesa da burguesia nacional e do capital brasileiro é uma defesa mais do que explícita das relações de dominação e exploração de classe características da sociedade capitalista brasileira.

Aliás, o Brasil ocupa uma posição atual na divisão internacional do trabalho que é caracterizada como subimperialista. O avanço e consolidação da exploração capitalista da burguesia brasileira se alastram para a América do Sul e Central: fazem prova disso a própria expansão de capitais das JBS Friboi, bem como a ocupação militar brasileira no Haiti. Por conseguinte, é um contrassenso bradar contra o imperialismo estadunidense ocultando a posição atual do capitalismo brasileiro, o qual se encontra subordinado aos países capitalistas imperialistas. Nessas horas, fica ainda mais nítida e urgente a necessidade de desmascarar e superar a esquerda: tanto em sua forma organizacional quanto em suas ideologias.

O mais preocupante é que as denúncias de corrupção servem para encobrir esse processo e, acima de tudo, amortecer e controlar a luta das classes exploradas contra

seus alzozes: medidas como a punição exemplar dos envolvidos (Maringoni) aliada à defesa da indústria nacional (Causa Operária) vão ao encontro de dissimular que o verdadeiro problema passa pela exploração da classe operária e pela necessidade desta em criar novas e superiores formas de organização, que ao mesmo tempo combatam as relações de produção capitalistas, as organizações burocráticas (tais como os partidos e sindicatos) e sejam o embrião de uma sociedade sem classes, autogerida. O que tem ocorrido é uma disputa entre setores da classe dominante e suas classes auxiliares: a divisão internacional do trabalho explica a superexploração dos trabalhadores destas unidades de produção (frigoríficos e alimentos em geral) assim como das demais frações do proletariado mundo afora.

Ou seja, o ‘escândalo da carne’ (como se fosse uma grande descoberta o fato de a produção de alimentos e todas as demais mercadorias no capitalismo estarem vinculadas às necessidades de aumento da extração de mais-valor e luta contra a tendência declinante da taxa de lucro médio) tem um efeito anestésico e é uma forma de desviar a atenção, visando à rápida aprovação e a continuidade das reformas neoliberais: trata-se de levantar falsos problemas e agilizar as soluções da burguesia (nacional e internacional).

A miséria e a piora cada vez maior das condições de vida das classes trabalhadoras tendem a aumentar. Isso gera desespero na esquerda, que não sabe mais como lidar com seus dirigidos de outra maneira que não seja a repressão – velada ou oculta. Prova disso foram as paralisações (com data de um dia para começar e terminar) de março e abril de 2017, chamadas pelas burocracias sindicais, além da postura da CUT (Central Única dos Trabalhadores, maior organização da burocracia sindical brasileira), que buscou canalizar o descontentamento das classes desprivilegiadas com sua condição de vida para o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Tais ações evidenciam que o rechaço aos partidos e sindicatos precisa avançar para a generalização de formas de auto-organização, aliadas à defesa de um projeto revolucionário.

# Revista Posição

A única e real alternativa é acelerar o processo urgente de auto-organização das classes desprivilegiadas, assim como a luta cultural contra a hegemonia burguesa, o capitalismo e todas as organizações que reproduzem as relações sociais capitalistas no seu interior. O dilema colocado por Rosa Luxemburgo (LUXEMBURGO, s/d) no início do século passado é mais do que atual: autogestão social ou barbárie capitalista!

## REFERÊNCIAS

LUXEMBURGO, Rosa. *A Crise da Social-Democracia*. São Paulo: Martins Fontes.